

Expediente

Banco do Nordeste do Brasil SA

**Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste - ETENE**

Economista-Chefe

Luiz Alberto Esteves

Gerente de Ambiente

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerentes Executivos

Airton Saboya Valente Júnior

Célula de Estudos e Pesquisas

Macroeconômicas

Leonardo Dias Lima

Célula de Gestão de Informações

Econômicas

Luciano J. F. Ximenes

Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais

Marcos Falcão Gonçalves

Célula de Avaliação de Políticas e

Programas

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho

Projeto Gráfico

Gustavo Bezerra Carvalho

O **Informe ETENE** é uma publicação de caráter temático, com análises mais aprofundadas sobre assuntos de interesse do Banco do Nordeste e da Região, a exemplo de análises e projeções acerca das principais variáveis macroeconômicas (emprego e rendimento, finanças públicas, comércio exterior, índices de preços, investimento externo) enfatizando os recortes regional e estadual; destaques e evolução recente de setores e atividades econômicas; e ainda sínteses de avaliações de políticas ou programas de financiamento do Banco. A publicação não tem periodicidade definida e se destina aos públicos interno e externo interessados em conhecer a economia brasileira e regional.

Aviso Legal: O Banco do Nordeste / ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do Banco do Nordeste. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Investimento Direto Estrangeiro nos Estados do Brasil

Liliane Cordeiro Barroso - lilianecordeiro@bnb.gov.br

O Brasil, pelo menos desde a segunda metade dos anos 2000, vem mantendo papel de destaque como receptor de investimento direto estrangeiro (IDE), figurando entre os principais destinos deste investimento no mundo.

Conforme o World Investment Report (WIR, 2016), os fluxos de IDE ao país, em 2015, foram de US\$ 64,6 bilhões, colocando-o na oitava posição dentre os receptores. Em 2014, ocupava a quarta posição, com ingresso de US\$ 73,0 bilhões, mas teve seu ápice em 2011, quando registrou US\$ 96,2 bilhões, conforme apresentado na Tabela 1. O recuo observado no ano de 2015 atingiu não só o Brasil, mas foi característico do quadro de reversão do IDE que neste ano, ao contrário dos cinco anos anteriores, privilegiou os países desenvolvidos, em detrimento dos países em desenvolvimento e em transição, como destino. Ainda assim, o Brasil se manteve como o maior receptor da América Latina e Caribe em 2015.

Tabela 1 - Fluxo de IDE ao Brasil - 2010 a 2015 - US\$ bilhões

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Influxo IDE Brasil	83,7	96,2	76,0	53,0	73,1	64,6

Fonte: Elaborado pela autora, com dados de UNCTAD (2016).

Dentre as formas de ingresso de IDE em determinado país, destacam-se os investimento do tipo *greenfields* e as fusões e aquisições (F&A). Os *greenfields* referem-se ao capital investido por companhias estrangeiras em projetos exclusivamente destinados a implantação ou expansão da capacidade produtiva no país de destino, não incluindo, portanto, fluxos de capital destinados ao investimento em ativos diversos (portfólio), fusões e aquisições ou incremento de caixa das empresas. As F&A ocorrem quando empresas estrangeiras se fundem ou adquirem empresas já existentes, não caracterizando, portanto, ampliação da capacidade instalada no País.

A *FDI Markets* que faz parte do grupo *Financial Times*, consiste em uma central de informações que rastreia investimentos do tipo *greenfield*, com detalhamento por setor e por país ao redor do mundo, especificando a localização geográfica do investimento dentro de cada país. A vantagem em se analisar este tipo de investimento é a possibilidade de identificar os efeitos diretos do IDE sobre variáveis reais da economia, como emprego e produção.

O IPEA (Silva Filho, 2015) publicou recente trabalho que utilizou dados da *FDI Markets* com informações sobre o IDE *greenfield* no Brasil, para o período 2003 a 2014. Referidos dados corresponderam ao valor integral dos projetos de investimento computados no mês de sua implantação, não devendo, portanto, ser interpretados como fluxos efetivos de capital no tempo. Este trabalho evidenciou a concentração geográfica do IDE em locais que oferecem base industrial e infraestrutura melhor desenvolvidas, conforme se pode observar na Tabela 2 que agrupou os investimentos por regiões do País.

Investimento Direto Estrangeiro nos estados do Brasil

Tabela 2 - Volume, participação relativa e empregos diretos gerados nas regiões do país por projetos de IDE *greenfield* (2003-2014)¹

Região	Valor (US\$ bilhões)	Valor %	Empregos diretos ²	Emprego %
Sudeste	203,6	57,2	436685	56,1
Nordeste	72,3	20,3	134779	17,3
Sul	33,9	9,5	104230	13,4
Centro-Oeste	24,2	6,8	49489	6,4
Norte	21,8	6,1	52916	6,8
Brasil	355,8	100	778,1	100

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da *FDI Markets* (apud Silva Filho, 2015). Notas : ⁽¹⁾ Período corresponde a projetos iniciados entre janeiro de 2003 e dezembro de 2014. ⁽²⁾ Estimativa de geração de empregos diretos fornecida pelo *FDI Markets*.

O melhor estágio de desenvolvimento dos principais estados receptores, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais se configura em suas vantagens de localização, tradicionalmente conhecidas como um dos determinantes do IDE, conforme detalhado pela teoria eclética do IDE, em Dunning (2000). Estas vantagens de localização se caracterizam por uma base industrial mais consolidada e integrada, aliada a uma infraestrutura de transporte, telecomunicações e de energia que permite às empresas reduzir custos de produção e logísticos, fazendo com que estes estados sejam preferidos como local de investimento. Consequentemente, o mercado consumidor mais aquecido e a maior participação de mão de obra especializada disponível nestes lugares são capazes de atrair investimentos de setores industrial e tecnologicamente mais complexos, como é o caso da indústria automotiva e a de tecnologias de informação e comunicação. Conforme destaca Silva Filho (2015), estes estados também se beneficiaram com o grande volume de investimento estrangeiro realizado no país a partir de 2010 para a exploração de petróleo e gás natural na região do pré-sal. Assim como o Sudeste, a região Sul se mostra capaz de atrair investimentos de setores tecnologicamente mais dinâmicos, na medida em que oferta um polo manufatureiro e de serviços bastante diversificado.

De um total de US\$ 355,8 bilhões de investimentos *greenfields* recebidos pelo país entre 2003 e 2014, o Sudeste recebeu 57,2% destes investimentos e 56,1% dos empregos diretos. O Nordeste é a segunda região de destino com participação de 20,3% do total investido e 17,3% dos empregos diretos gerados.

A concentração geográfica do IDE em locais que oferecem melhores condições de infraestrutura, capital humano e dinâmica econômica mais aquecida fica ainda mais evidente quando os dados são desagrupados por unidades da federação, conforme mostra a Tabela 3.

Investimento Direto Estrangeiro nos estados do Brasil

Tabela 3 - Volume, participação relativa e empregos diretos gerados nos estados por projetos de IDE *greenfield* (2003-2014)

Estado receptor	IDE recebido (US\$ milhões)	Participação no total de IDE (%)	Empregos diretos criados ³	Participação no total de empregos criados
São Paulo	110.366,80	31,0	258.765	33,3
Rio de Janeiro	50.985,30	14,3	92.517	11,9
Minas Gerais	37.700,80	10,6	75.240	9,7
Pernambuco	31.688,60	8,9	41.772	5,4
Bahia	17.069,50	4,8	44.310	5,7
Paraná	14.023,30	3,9	45.045	5,8
Rio Grande do Sul	12.363,10	3,5	40.414	5,2
Pará	10.969,20	3,1	18.433	2,4
Ceará	10.492,90	2,9	26.683	3,4
Goiás	9.729,20	2,7	22.329	2,9
Mato Grosso do Sul	7.932,30	2,2	16.586	2,1
Maranhão	7.841,10	2,2	12.564	1,6
Santa Catarina	7.472,00	2,1	18.771	2,4
Amazonas	6.698,60	1,9	27.862	3,6
Mato Grosso	4.613,40	1,3	7.275	0,9
Espírito Santo	4.566,00	1,3	10.163	1,3
Distrito Federal	1.900,90	0,5	3.299	0,4
Amapá	1.806,50	0,5	2.333	0,3
Rio Grande do Norte	1.576,40	0,4	2.776	0,4
Paraíba	1.387,70	0,4	1.841	0,2
Rondônia	1.293,60	0,4	2.699	0,3
Sergipe	1.056,40	0,3	1.457	0,2
Tocantins	902,3	0,3	983	0,1
Piauí	683,8	0,2	1.348	0,2
Alagoas	475	0,1	2.028	0,3
Acre	166	-	606	0,1
Total	355.760,70	100	778.099	100

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da *FDI Markets* (apud Silva Filho, 2015).

Investimento Direto Estrangeiro nos Estados do Brasil

Os três principais estados de destino dos investimentos foram do Sudeste, com destaque para São Paulo que atraiu 31,0% do total e contou com 33,3% dos empregos diretos gerados. Na sequência, encontram-se dois estados do Nordeste, Pernambuco (8,9%) e Bahia (4,8%), seguidos por dois estados da região Sul. Na região Norte, destacou-se o estado do Pará (3,1%).

Os destaques nos estados de Pernambuco e Bahia refletem o desenvolvimento de cadeias produtivas relevantes no setor petroquímico e na indústria naval, na esteira da expansão dos projetos de exploração, transporte e refino de hidrocarbonetos liderados pela Petrobrás ao longo da última década (SILVA FILHO, 2015). Os demais estados brasileiros, menos desenvolvidos e conseqüentemente com vantagens de localização mais modestas, em geral, atraem investimentos de setores mais tradicionais e/ou que buscam a exploração de recursos naturais, como é o caso da mineração e siderurgia, conforme se observa na Tabela 4.

Tabela 4 – Participação dos dez principais setores responsáveis pela atração do IDE *greenfield* nos estados da Federação – 2003 a 2014 (%)

Estados	Mineração e siderurgia	Indústria automobilística e autopeças	Comunicações	Carvão, petróleo e gás natural	Serviços financeiros	Alimentos e tabaco	Energias renováveis	Química	Máquinas e equipamentos	Celulose, papel e embalagens	Outros setores
São Paulo	3,8	16,3	20,6	3,2	17,5	4,1	4,0	3,9	3,7	0,9	21,9
Rio de Janeiro	40,7	13,8	9,2	8,5	6,6	2,9	1,2	1,1	3,6	0,0	12,4
Minas Gerais	50,5	21,6	2,0	0,0	0,0	4,8	5,2	0,6	2,4	3,9	9,0
Pernambuco	7,9	24,8	0,3	52,9	2,6	0,7	2,2	0,1	0,2	0,0	8,5
Bahia	12,7	17,0	0,6	2,6	2,7	24,7	7,1	8,2	0,0	1,2	23,3
Paraná	10,4	33,1	12,8	0,0	2,9	9,0	0,0	3,6	5,4	2,6	20,2
Rio Grande do Sul	13,6	29,8	0,1	0,0	3,3	18,6	7,7	1,9	11,3	0,0	13,7
Pará	81,5	0,0	0,0	0,0	0,1	10,3	4,3	0,1	0,0	0,0	3,6
Ceará	57,9	4,1	3,8	0,0	0,1	6,3	4,6	0,6	0,0	0,0	22,7
Goiás	49,9	17,7	0,0	0,7	0,0	4,9	4,8	15,0	0,5	0,0	6,5
Mato Grosso do Sul	52,5	0,0	0,0	0,0	0,1	13,7	5,7	0,0	0,0	26,5	1,6
Maranhão	92,0	0,0	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	2,3	0,1	0,0	0,8
Santa Catarina	30,0	15,5	0,1	0,0	0,1	0,4	20,1	2,3	2,0	11,8	17,7
Amazonas	6,2	6,7	36,2	0,0	0,2	9,3	0,0	0,4	0,1	0,0	41,0
Mato Grosso	39,1	0,0	0,0	0,0	0,1	14,4	35,4	9,4	1,5	0,0	0,1
Espírito Santo	25,4	11,4	0,2	25,8	0,0	15,3	0,0	2,9	3,8	0,0	15,2
Distrito Federal	0,0	0,0	0,3	0,0	20,8	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	12,2
Amapá	58,8	0,0	41,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio Grande do Norte	24,8	0,0	0,0	0,0	0,4	0,9	59,9	0,0	0,0	0,0	14,0
Paraíba	3,1	0,0	53,6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,1	21,9
Rondônia	0,1	0,0	57,5	0,0	0,0	0,0	26,4	0,0	5,9	0,0	10,1
Sergipe	45,7	0,0	0,0	41,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5
Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	12,3	52,3	3,2	0,0	0,0	31,6
Piauí	70,6	0,0	0,0	0,0	0,0	29,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alagoas	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	13,1	0,0	0,0	85,6
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,5	0,0	0,0	62,5
Total	25,6	15,9	9,9	7,6	7,1	6,4	4,7	2,8	2,7	1,8	15,5

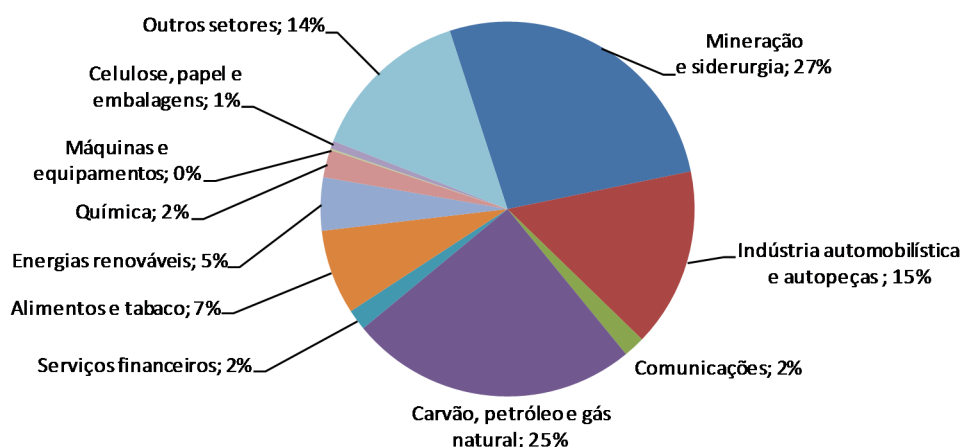
Fonte: Elaborado pela autora, com dados da *FDI Markets* (apud Silva Filho, 2015).

Investimento Direto Externo nos Estados do Brasil

A Tabela 4 mostra a importância do setor de mineração e siderurgia para o país (25,6% do total investido) e para o total do Nordeste (26,8%). Além deste, destaca-se, nesta região, a importância da indústria automobilística e autopeças para Pernambuco (24,8% do total investido no estado) e Bahia (17,0%) e os investimentos no setor de carvão, petróleo e gás natural em Pernambuco (52,9%) e Sergipe (41,8%), alimentos e tabaco na Bahia (24,7%) e Piauí (29,4%), e energias renováveis no Rio Grande do Norte (59,9%), dentre outros.

A distribuição setorial no Nordeste pode ser melhor observada a partir do Gráfico 1 que agrupa os investimentos recebidos pela região por setores industriais de destino.

Gráfico 1 - Participação dos dez principais setores responsáveis pela atração do IDE *greenfield* no Nordeste – 2003 a 2014 (%)



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da *FDI Markets* (apud Silva Filho, 2015).

O Gráfico 1 revela a importância dos setores de mineração e siderurgia (27%), carvão, petróleo e gás natural (25%), indústria automobilística e autopeças (15%), alimentos e tabaco (7%) e energias renováveis (5%) na atração de investimentos para o Nordeste. Os dados indicam a concentração em setores mais tradicionais e/ou intensivos em recursos naturais, conforme mencionado anteriormente, em detrimento de atividades caracterizadas por maior intensidade tecnológica, como as relacionadas a comunicações (2%) ou mesmo a máquinas e equipamentos (0%) que demandam um ambiente melhor integrado e com estrutura sistêmica envolvendo, dentre outros, parque industrial, infraestrutura e mão de obra especializada em melhor estágio de desenvolvimento e interação, capazes de se configurar em redução de custos e/ou ganhos de eficiência para a empresa investidora, mas também em fatores capazes de contribuir com o maior desenvolvimento da Região.

Referências

DUNNING, J.H. (2000). *The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity*. *International Business Review*, 9 (1), 163-190.

FDI MARKETS (2016). *Explore the data*. Disponível em: <https://www.fdimarkets.com>. Acesso em: 15 Agosto 2016.

SILVA FILHO, E. B (2015). *Trajatória recente do Investimento estrangeiro direto e em carteira no Brasil*. *Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 19 | Jan./Abr.*

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development (2016). *World investment report (WIR)*. Geneva.